

TARCÍSIO HOLANDA

## Uma santa aliança

Empresários, gerais, parlamentares conservadores e o assessor político do presidente Sarney estiveram reunidos, no último fim de semana, numa fazenda no interior paulista para examinar algumas decisões da Constituinte à luz dos interesses do regime de economia de mercado. Depois de horas e horas de reuniões, todos chegaram à conclusão de que certas decisões constituintes inviabilizam o capitalismo no Brasil, inibindo investimentos nacionais e estrangeiros.

Foi unânime a conclusão de que essas decisões precisam ser suprimidas do texto constitucional ou o Brasil agravará sua situação econômica, entrando na "lista negra" dos grandes investidores estrangeiros. Um empresário ligado ao capital internacional presente informou que os investimentos existentes não abandonarão o País. Simplesmente estagnarão, ou seja, não haverá novos investimentos nem reinvestimentos, limitando-se a aumentar as remessas de lucros para suas matrizes lá fora.

Os participantes da reunião fizeram uma lista das decisões que reclamam supressões quando da votação do segundo turno da Constituinte. Eis os dispositivos listados ao longo do encontro do fim de semana em São Paulo: imprescritibilidade dos direitos trabalhistas; turno de seis horas; poder (e não direito) de greve; exclusão de exame judicial da legalidade da greve; voto aos 16 anos e o recente tabelamento dos juros bancários (iniciativa do deputado Fernando Gasparian).

A supressão desses dispositivos une os empresários, de norte ao sul do Brasil, segundo constatação feita por participantes daquelas reuniões. Lá estiveram os presidentes das Federações da Indústria e do Comércio de São Paulo, assim como três gerais e expressivas lideranças empresariais do estado. Deixaram de comparecer, entre outros, o deputado Afif Domingos (PL-SP) e o banqueiro Luís Eduardo Magalhães Pinto, do Banco Nacional. Outros encontros serão oportunamente programados, segundo nosso informante.

A idéia central que dominou os participantes é a necessidade de articular um bloco de constituintes capaz de garantir as mudanças.

Concluiu-se, também, que a articulação desse grupamento só será possível através de uma ação governamental ordenada semelhante à que se produziu tendo em vista a vitória do mandato de cinco anos. A necessidade de situar o Governo à frente desse esforço justifica a presença nas referidas reuniões do ex-deputado e ministro aposentado do Tribunal de Contas da União, Thales Ramalho, sempre convidado a dar sua opinião sobre os assuntos que estiveram sendo debatidos.

A base de qualquer grupamento disposto a sustentar tais posições seria o **Centrão**. Mas até hoje não foi possível rearticular esse bloco heterogêneo. Muitos parlamentares acham que nenhuma matéria polêmica será aprovada na Constituinte sem acordo.

CORREIO BRAZILIANSE

10 JUN 1988